

Ata da 11ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Turismo – FOMENTUR, em 25 de abril de 2005, na sala de reuniões da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

1. Esta ata registra os fatos relevantes da 11ª Reunião Ordinária do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, ocorrida em 25 de abril de 2005, com início as 17h00, na sala de reunião da FIEPA.
2. Presentes:
 - Anya Ribeiro – Ministério do Turismo.
 - Jacqueline Alves, Kátia Barros e Francisco Lacerda - Paratur.
 - João Cláudio Guimarães – Caixa Econômica Federal
 - João Batista de Melo Bastos e Luiz Antonio Martins – Banco da Amazônia
 - José Capeloni Júnior – Banco do Brasil
 - Ivanildo Pontes – FIEPA
 - Oslecy Garcia e Eduardo Carneiro – SEBRAE
 - Marília Baeta – Secretaria Especial de Produção
 - Joaquim Passarinho – Assembléia Legislativa
 - Maria do Socorro dos Santos Silva – União de Vereadores do Estado do Pará – UVEPA.
 - Olavo Gomes Pereira – Secretaria Especial de Promoção Social
 - Fernando Acatauassu – FAEPA
 - Leonardo Macedo Lobato – FAMEP
 - Oscarina Novaes e Creuza Vinagre - SHRBS
 - Joacyr Rocha – SINDETUR/PA
 - Álvaro do Espírito Santo – FACIAPA/ACP
 - Francisco Rocha – ABBTUR/PA
 - Antonio Santiago – ABAV/PA
 - Adilson Silva – SINTRATUR
 - Jorge Breogan – AGTURB
 - Hugo Serra – UFPA
 - Luciana Gomes – AMUNEP
 - Antonio B. F. Neto e Isabel Pantoja – AMAT
 - Nazaré Moraes – AMUCAN
 - Lais B. Magno - CODSEI
 - Madalena Ramos – AMBAT
 - Cléber Ramos, Inês Monteiro e Edilza D’Avila – ETA – Algodual.
 - Nilton Guedes – Agência de Notícias Gerais
 - Amadeu Ramos – Algodual Camping Club
 - Marcio Souza e Marcelo Moraes – Jornal Popular
3. A Drª Jacqueline Alves, Diretora de Marketing da Paratur, representando o Presidente do Fórum Adenauer Góes, Abriu a 11ª Reunião Ordinária, agradecendo as presenças, em seguida submeteu à aprovação a ata da 8ª Reunião, deixando em aberto para qualquer questionamento. Não havendo retificação ou outra manifestação dos presentes a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, fez um relato sobre a EXPOTUR 2005 (Exposição de Turismo do Pará) a acontecer no período de 13 a 15/05/2005 no Hilton Belém. Informou que o evento é bienal e voltado ao mercado regional. Nessa oportunidade estará, estrategicamente, voltada a

participação do Pará no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil que acontecerá em São Paulo no período de 01 a 05 de junho. Estão sendo convidados para a EXPOTUR empresários da região e do interior do Estado. Haverá uma oficina com os Secretários Municipais de Turismo, objetivando uma troca de informações sobre o trabalho e a integração entre os municípios, voltada à regionalização do turismo. Haverá, também, uma oficina sobre técnicas de negociação, objetivando estimular a percepção dos participantes para esse assunto e a importância de um planejamento técnico para o desenvolvimento de estratégias compatíveis com cada tipo de negócio. Portanto, toda a EXPOTUR estará voltada não somente a questão da realização da integração e do planejamento dos municípios, como também ao avanço na questão do posicionamento do destino Pará e do produto turístico Pará no mercado nacional. Passou a palavra à Técnica da Paratur Kátia Barros, representando a Diretora de Economia e Fomento da Paratur, Dr^a. Conceição Silva.

4. Kátia Barros (Paratur). Informou que o SALÃO é uma estratégia para impulsionar o programa de regionalização e ampliar a oferta turística brasileira. Relatou as ações que estão sendo desenvolvidas pela Paratur, visando à participação dos estados da nossa região no Salão, haja vista que o Pará é o coordenador do SALÃO para a região norte. Citou os módulos que estão organizados dentro do Salão: **Feira dos Produtos e Roteiros Turísticos** – uma grande mostra dos resultados no Estado, a partir da programação de roteiros; **Vitrine Brasil** – vai agregar todas as Unidades da Federação; **Rodada de Negócios** – são encontros pré-agendados entre agentes de comercialização dos produtos e Roteiros turísticos; **Núcleo de Conhecimento** – dentro desse Núcleo haverá mesa redonda, mini cursos, painéis, palestras sobre os destinos turísticos do Brasil e as **Missões Promocionais** – os famturs.
5. Jacqueline Alves. Destacou que para a Rodada de Negócios estão sendo convidadas agências que trabalham com receptivo. Nessa Rodada serão analisados os tipos de produtos turísticos que as agências de receptivo estarão oferecendo. Inicialmente, três regiões foram definidas para serem trabalhadas no SALÃO: Marajó, Belém e Tapajós. São dessas regiões que estão sendo convidadas as agências de turismo. Informou que a Paratur solicitou à coordenação do Salão que promovesse abertura para a participação de agências de outras regiões, mas até aquele momento não recebeu posição. Quanto ao Núcleo de Conhecimento, comunicou que haverá uma exposição do representante da nossa região sobre o “Destino Pará”. Para a Vitrine Brasil, cada estado estará levando cerca de 700 peças e, neste item, a Paratur está se organizando junto às instituições com prática artesanal – SETEPS, SEBRAE e Pólo Joalheiro. Quanto ao stand, informou que a representação é da região norte, não haverá stand específico para cada estado. Informou das reuniões que vem ocorrendo com cada setor a respeito das regras de participação no Salão e como a Paratur vem trabalhando no Estado para que o Pará esteja bem representado e obtenha, estrategicamente, bom posicionamento no mercado. Disse que todo esse trabalho que a Paratur vem desenvolvendo em conjunto com o setor privado terá seqüência na rodada de negócios que ocorrerá na FITA em 2006, com os produtos já formatados, com o tarifário e portfólio de cada agência, preparado para apresentá-los aos Bayer da Europa, dos Estados Unidos e de vários setores convidados. Após algumas dúvidas esclarecidas sobre o Salão, passou a palavra ao Assessor da Paratur, Sr. Francisco Lacerda.
6. Francisco Lacerda (Paratur). Falou sobre a I Reunião do Grupo de Trabalho – Fórum Macrorregional Norte, a acontecer em 27 de abril, em Manaus/AM. Compreende todos os estados da região amazônica e objetiva discutir dois tópicos: primeiro o relatório da reunião ocorrida no Estado do Pará no último dia 13 de janeiro com os Fóruns Estaduais de Turismo da Região Norte. Serão apresentados os resultados obtidos desde sua realização até a presente data; segundo, construir um organismo de articulação macrorregional, em favor da Amazônia, já que toda a política do Ministério do Turismo tem prioridade absoluta para o programa de regionalização e com este programa a construção dos roteiros do Brasil e, conseqüentemente, o

desenvolvimento dos produtos desses roteiros. Portanto a estratégia do Ministério basicamente se baseou nessa filosofia de regionalização, que, primeiramente, teríamos as microunidades de regionalização que seriam alguns municípios, de qualquer região, aglutinados. Passando-se a um segundo estágio que seria o Estado trabalhando com os Fóruns e um terceiro estágio que seriam as cinco regiões brasileiras e cada uma dessas regiões se organizando com algum tipo de entidade, podendo ser uma Fundação, uma ONG, uma Associação ou um Fórum, dentro da visão da região em estabelecer a melhor forma de governança regional, para que o Ministério do Turismo possa, objetivamente, trabalhar os programas de desenvolvimento do turismo nacional com as microrregiões brasileiras. Lembrou como um melhor exemplo dessa regionalização a região nordeste que tinha a CTI-Nordeste (Comissão de Turismo Integrado do Nordeste), hoje transformada em Fundação do Desenvolvimento da Região Nordeste. A única região em que essa aglutinação regional foi mais profissional e nunca teve solução de continuidade. Ressaltou que o Ministério do Turismo tem incentivado essa nova visão de desenvolvimento do turismo brasileiro regionalizada para que possamos construir nas 5 regiões brasileiras essas macroestâncias de governança regional, também chamadas estâncias macrorregionais. Informou que serão criadas governanças regionais menores nos seis pólos de desenvolvimento do Estado, também chamadas governanças de pólos. Portanto na reunião em Manaus será discutido qual a melhor entidade para articular a Amazônia como uma região integrada ao nosso desenvolvimento turístico e à política nacional do Ministério. O Ministério não define o tipo de entidades, cada região sabe qual é o melhor desenho institucional político e estratégico. Para finalizar informou que na próxima reunião do Fórum, dará ciência do que foi desenhado na reunião em Manaus como macroestância de governança regional da Amazônia.

7. Jacqueline Alves. Informou sobre os cursos de **Qualidade no Atendimento ao Visitante, Noções Básicas de Condução de Visitantes em Áreas Naturais e Planejamento e Gestão de Empreendimentos em Ecoturismo** que o Ministério do Meio Ambiente estará realizando, através do PROECOTUR, em parceria com os Núcleos de Gerência Estaduais do referido programa nos Estados da Amazônia Legal. No Estado do Pará esses cursos atenderão aos pólos Marajó; Belém/Amazônia Atlântica e Tapajós. Serão realizados nos seguintes municípios: Belém (Pólo Marajó); Salinópolis (Pólo Belém/Amazônia Atlântica) e Santarém (Pólo Tapajó). Ressaltou que os referidos cursos atendem a uma demanda específica e contará com a participação de entidades como SENAC, SEBRAE, Museu Emílio Goeldi, Conselhos Municipais de Turismo, Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente, Associações dos Municípios (com municípios no Proecotur), SECTAM, IBAMA e FOMENTUR. Em seguida falou das ações da Paratur neste primeiro semestre com foco na EXPOTUR e no Salão de Turismo. Registrou a participação do Pará no Destination Brazil Showcase e a agenda de promoção e participação em eventos no semestre, como a Brite; o Ver-O-Peso da Cozinha Paraense, em Belém; da Operadora MGM/BRT e da New Line Operadora e Grupo Orinter, em Curitiba. Em seguida Apresentou a Dra. Anya Ribeiro, do Ministério do Turismo.
8. Anya Ribeiro (Ministério do Turismo). Falou a respeito da estrutura do Ministério do Turismo atualmente com três áreas finalísticas: Secretaria Nacional de Políticas do Turismo; Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e o Instituto Embratur. A Secretaria Nacional de Políticas do Turismo tem sua competência voltada a definir as políticas públicas do turismo e as políticas setoriais da política nacional do turismo. A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento é uma área finalística de inversão de programas que implementam a política e o Instituto Embratur, é o braço operacional do Ministério no âmbito da promoção e comercialização do turismo nos mercados internacionais. A promoção e comercialização do turismo no mercado nacional estão dentro da Secretaria Nacional de Políticas no Departamento de Marketing Nacional. Como Diretora do Departamento de

Planejamento e Monitoramento da Política Nacional de Turismo, da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, cabe-lhe fazer o acompanhamento dessa política e a sua implementação através da execução do Plano Nacional de Turismo, lançado em abril de 2003, atualmente em processo de revisão para atualização e complementação, pois a medida em que foi sendo implementado foi ganhando corpo, estrutura e novas inserções programáticas, estruturais e orçamentárias. Precisando, portanto, de uma adequação e atualização. Outro papel principal de sua atividade é monitorar a execução orçamentária, segundo orçamento direto do Ministério do Turismo. Citou as duas linhas de ações (estratégias) da Política Nacional do Turismo, orientadas por um modelo de política descentralizada: gestão e territórios. Para que uma política pública aconteça sobre um território, envolvendo um conjunto de pessoas e organizações, essas duas linhas de ação devem ser tratadas de forma descentralizada. Esse modelo envolve, a nível federal, a estrutura do Ministério do Turismo com o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais, fazendo um núcleo estratégico, depois os fóruns estaduais. Entre esses fóruns estaduais e o núcleo estratégico existem ambientes que foram observados depois de lançado Plano Nacional de Turismo para cuidar de questões estratégicas ao desenvolvimento do turismo na região, que é a instância macrorregional. Essas ações de gestão descentralizada, um dos programas estratégicos do Ministério do Turismo, juntamente com outro programa estratégico que é o de regionalização, estão sendo estimuladas a se organizarem desde a unidade menor, o município, que se agrupa em regiões internas a um estado e, por sua vez, se agrupam em regiões dentro uma macrorregião e que, também, se agrupam em macrorregiões fazendo o Brasil Turístico. Disse estarem sempre realizando um trabalho de informação e conscientização das ações Ministério. Fazendo-as chegar de forma descentralizada, em todos esses ambientes e a diferentes níveis, já que cada avanço é resultado da ação de todo grupo de pessoas para se alcançar essa política, pois quem executa o orçamento e as ações do Ministério são as instâncias descentralizadas macrorregionais, regionais e a nível de governo. Informou que desde de janeiro do corrente ano foi iniciado um trabalho visando a reestruturação do Fórum e objetivando uma agenda comum, em termos de prioridade, para o ano de 2005. Ressaltou a importância do Fórum Estadual, como representante da descentralização da gestão no estado e que deve ter função construtiva e deliberativa. Também deve ter representar o universo das categorias de atividades do turismo. Essa representatividade deve estar presente através das entidades que representam essas categorias de atividades, assim como os territórios que são as principais regiões turísticas indicadas pelo programa de regionalização do estado. É importante que o fórum tenha uma participação do setor privado maior do que a do setor público, pois o turismo é uma atividade que tem uma resposta a médio e longo prazo. Um mandato de quatro anos é curto para a consolidação de um produto, de um projeto, e de um destino turístico. Portanto, essas organizações com a presença privada é fundamental. Esses dois pontos: uma agenda comum; um fórum com a estrutura de boa representatividade e com uma pauta de visão para todo um ano ou dois e uma pauta de ação de trabalho estratégica, tem provocado e resultado grandes avanços em alguns estados. Em seguida falou da necessidade das instituições públicas e privadas estarem alinhadas na busca de recursos do Ministério para que não ocorra superposição dos projetos, programas e ações. Esse monitoramento é da responsabilidade do Fórum, das entidades e das associações. Sobre o fato de a maioria dos recursos do Ministério serem repassados através de convênios, disse que estão encontrando problemas de execução no orçamento em função das entidades terem dificuldades na elaboração dos convênios. Sugeriu que se qualifiquem nessa área. Também se faz necessário que a cada indique suas necessidades para se identificar as prioridades de cada macrorregião, já que as demandas das necessidades do turismo estão, também, dentro de outros Ministérios, como o do transporte, da cultura e do meio ambiente, por exemplo, e o Ministério do Turismo possa se articular e fazer essa

integração. Outro ponto abordado foi a respeito das emendas parlamentares dos deputados. Cada fórum deverá reunir com seus deputados para que conheçam os projetos e as áreas estratégicas necessárias de investimento. Sobre eventos falou da necessidade de se constituir uma política de eventos para o país, mas Brasil, primeiramente, precisa ter seu calendário de eventos. Portanto é preciso que cada região tenha o seu calendário de eventos e como eles se estruturam ao longo do ano em função da sazonalidade e de pico de alta e baixa estação e, também, como os eventos de cada estado podem agregar valor um ao outro, criando fluxo e movimentando fluxo interno na região. Em seguida falou da informalidade das empresas de organização do turismo, dizendo que precisamos qualificar os serviços turísticos transformando o informal em formal com o cadastramento dessas empresas. O Ministério do Turismo recomenda às regionais que trabalhem com empresas cadastradas. Em prosseguimento, falou da interação dos pólos de desenvolvimento turístico do Pará na operacionalização do Salão do Turismo. A importância das entidades e associações que compõe o Fórum, entenderem o significado do Salão do Turismo Roteiros do Brasil com um momento de apresentar ao país o que o Brasil turístico, o que se tem além do tradicionalmente vendido e conhecido. A respeito da reunião a acontecer em Manaus, citada anteriormente pelo Sr. Lacerda, informou que poderiam ser convidados todos os membros de cada fórum. Daria um numero exagerado de pessoas juntando os sete fóruns. Então cada estado indicaria três pessoas, dois representantes do setor privado e um do setor público, para formar um comitê gestor inicial para avançar na discussão técnica para organização dessa governança. Essas três pessoas não são a governança definitiva. É um grupo que vai trabalhar inicialmente para elaborar uma proposta de como vai ser essa entidade, a sua natureza jurídica. Se fundação, fórum, agência ou consórcio. Esse grupo inicial vai apenas trabalhar. Esse grupo não é definitivo, a instância será definitiva. O objetivo é que seja um grupo que represente a região norte, os estados e as suas necessidades específicas e que se possa fazer um trabalho diferenciado, também, através do apoio do Ministério do Turismo e de outras áreas.

9. Lacerda (Paratur). Solicitou a Dr^a Anya Ribeiro que verificasse em Brasília como está o assunto sobre transporte aéreo regional, encaminhado em 2004 pelo Dr. Adenauer Góes, na qualidade de presidente do Fórum Nacional de Secretários. Esse documento, assinado por 27 Secretários Estaduais, em uma reunião desse Fórum em Cuiabá, e que sugere ao Ministro uma articulação junto ao Ministro da Defesa e ao Presidente da República uma reflexão para definir uma nova política de transporte aéreo regional.
10. Dr^a Anya Ribeiro: Solicitou que lhe fosse enviada cópia do referido documento, considerando que o Ministério conta com um especialista na área do transporte aéreo e essa questão constitui um gargalo tão sério pro desenvolvimento do turismo sob vários aspectos. Disse que a região Norte tem possibilidade de incrementar, pela fronteira enorme que tem, um turismo internacional, mas em algumas situações tem um estrangulamento imenso. Observou novamente a importância do fórum e de uma câmara de infra-estrutura focada na questão do transporte regional, para apresentar propostas concretas ao Ministério.
11. Fernando Acatauassú (FAEPA): Falou sobre o problema da energia elétrica e do transporte para a ilha do Marajó. Disse ser da maior importância movimentar os órgãos municipais, estaduais e federais para que façam o mínimo necessário ao desenvolvimento da ilha, se realmente quiserem ter retorno em impostos.
12. Antonio Neto (AMAT): Falou do roteiro turístico “Trilhas do Araguaia”, localizado no pólo Araguaia Tocantins, trabalhado em conjunto com a Paratur. Disse que esse pólo ainda não foi trabalhado com intensidade devida como os pólos tapajós, Marajó e Costa Atlântica. Sob seu ponto de vista essa integração macrorregional trará benefício muito grande à região, principalmente a região sul do Araguaia que é muito ligada pelo Estado do Tocantins e gera grande demanda turística, tornando-se a segunda maior do estado.

13. Dra. Anya: Alguns estados e o setor privado estão com um trabalho bastante desenvolvido em relação às ações do Ministério do Turismo, por existirem há mais tempo que este. Anteriormente a competência de suas ações estava sob a direção do Instituto Embratur. O Programa de Regionalização do Turismo veio com o novo Ministério que estruturou suas ações a partir do que encontrou em cada estado. A partir do corrente ano essas ações começam em várias frentes (planejamento, capacitação, infra-estrutura) com seus devidos recursos. Cabe ao Estado, ao fazer um programa de regionalização e as ações para cada região, estruturá-las atendendo as que são os acessos principais de cada uma delas.
14. Oslecy Garcia (SEBRAE): Falou sobre os investimentos da instituição nos próximos três anos, em três pólos do estado, considerando que a capacidade operacional do Sebrae é para onde há investimento estruturante. Observou que sua instituição não investe em infra-estrutura. Cabe-lhe investir, entre outras coisas, em capacitação e gestão. Propôs, além da união de ações e esforços a uma mesma direção, entre as instituições envolvidas nesse processo, que os recursos do Ministério do Turismo, voltados à promoção de cursos de capacitação e gestão, como os que serão promovidos pelo Proecotur, sejam direcionados à infra-estrutura. A competência de papéis deve ser distinta e a base de planejamento estratégico e de visão deverão ser feitos em conjunto para se poder distinguir as ações de cada um.
15. Dra. Anya: Há necessidade de integrar e compatibilizar as ações do Programa de Regionalização e do Proecotur à política nacional do turismo, bem como as do programa dos parceiros como Sebrae e outros do Ministério do Turismo, do Ministério da Integração Nacional. É importante que haja essa preocupação pelo fato de que se tem encontrado em vários Fóruns esse sobreposição das atividades. Ressaltou as ações do Sebrae com avanços em atividades de planejamento do turismo, pelo fato de que anteriormente não existia uma atividade de programas regionais. O Sebrae, descentralizado institucionalmente, avançou muito nos territórios, fazendo inclusive planejamento de roteiros turísticos. Hoje existe o Ministério do Turismo que tem Programa de Regionalização. Portanto essa Instituição tem como se voltar e focar na sua competência que é de orientar programas e atividades em apoio à micro e pequena empresa; de capacitar e visar o micro e pequeno empresário; trabalhar ações no foco da atividade do produtor e da produção, deixando as atividades de planejamento e de gestão que são competências dos órgãos de turismo, do Ministério do Turismo e das secretarias estaduais de Turismo. É fundamental tirar esse sobreposição que está havendo com o Programa de Regionalização e com o Proecotur, para que os recursos, como foi citado anteriormente, não sejam direcionados em duplicidade a um mesmo objetivo. É preciso separar o universo da população em que se atua. Existe a produção e o produtor e não há problemas se o Sebrae focar sua gestão para a produção e o produtor, porque o Ministério do Turismo, as entidades de turismo e os órgãos estaduais de turismo focam suas atividades na institucionalidade, nas organizações que executam a operação turística que são as associações; as categorias de atividades de turismo; as associações de hotéis; os hotéis e o público, que é o turista, e o receptivo do turista. O Sebrae foca na produção e no produtor. Esclareceu que considerando que os estados e as secretarias de turismo não tem uma estrutura descentralizada no território do estado, é muito importante uma integração com os grandes parceiros da execução do turismo no país, como SEBRAE, INFRAERO, SENAC, SESC e, por outro lado, com as secretarias de turismo.
16. Jacqueline (Paratur). Agradeceu os esclarecimentos da representante do Ministério do Turismo, disse ter ficado claro aos presentes a questão da Câmara Temática de Regionalização. Em seguida referiu-se ao próximo item da pauta: “Aprovação do Fórum para instalação da Câmara Temática”, lembrou que sua criação havia sido aprovada na 8ª reunião do Fórum Estadual. APROVADA. Em seguida, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião.